



Chamada Pública para Submissão de Artigos

A Revista Brasileira de Economia Social e do Trabalho (RBEST) é um periódico científico eletrônico de publicação contínua vinculado ao Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT) do Instituto de Economia e hospedado no Portal de Periódicos Eletrônicos Científicos da UNICAMP. É uma revista de circulação internacional, que tem a missão de difundir análises e reflexões acadêmicas escritas em português, inglês, francês ou espanhol. O acesso a todos os textos é livre e gratuito.

A RBEST publica artigos inéditos em duas subáreas do conhecimento: Economia do Trabalho e Economia Social. O foco é a publicação de artigos que apresentem resultados de pesquisa acadêmica ou que contribuam para o entendimento de um enfoque teórico pertinente, assim como resenhas de livros publicados numa dessas duas subáreas. São contemplados, prioritariamente, textos inéditos que estimulem o debate acadêmico e a reflexão crítica sobre questões contemporâneas, motivando o intercâmbio de ideias e contribuindo para a difusão de conhecimentos.

Todas as informações sobre a política editorial da RBEST, assim como as diretrizes para os autores, estão disponíveis no seguinte endereço: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rbest/index>.

A RBEST está estruturada em quatro seções: Artigo, Dossiê, Debate e Resenha. As submissões podem ser feitas a qualquer momento na plataforma Web. Não há cobrança de taxas.

Dossiê 2024: Call for papers

Facetas da questão social no Brasil contemporâneo

A Constituição Federal de 1988 definiu os direitos sociais essenciais para a garantia da cidadania. Porém, a efetividade desses direitos enfrentou grandes dificuldades nas décadas seguintes, em contextos de baixo desenvolvimento econômico, em especial por causa da adoção de políticas de austeridade fiscal destinadas a conter as pressões inflacionárias e assegurar o pagamento de elevados juros da dívida pública. De forma recorrente, houve restrições à ampliação do gasto social, que impossibilitaram a universalização da cobertura das políticas sociais e prejudicaram a qualidade dos serviços públicos.

No período recente, a política social brasileira continua nessa encruzilhada: por um lado, a Constituição de 1988 promete um conjunto amplo de direitos sociais, os quais são entendidos como condição necessária para a construção de uma nação próspera e socialmente justa; por outro, a efetivação desses direitos permanece restringida pela elevada concentração de renda e pela predominância da racionalidade dos agentes financeiros na gestão pública.

Convidamos pesquisadores e pesquisadoras a contribuir para uma reflexão sobre as diferentes facetas da questão social e as políticas públicas destinadas a superar tais problemas.

Os artigos devem ser submetidos até 31 de agosto de 2024.

Informações adicionais podem ser solicitadas por e-mail: rbest@unicamp.br